

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º RSD-020116/002350/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

A Superintendência Municipal de Licitações e Contratos do Município de Resende, RJ, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicizar o presente edital de licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 14.802, de 25 de março de 2022 e posteriores dispositivos relacionados, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

SÍNTESE DO OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO AO EDITAL: ATÉ DIA 01/04/2026

(Enviar exclusivamente para o seguinte endereço eletrônico:

esclare.impug.resende@gmail.com)

DATA DA SESSÃO: Dia 08 de abril de 2026, às 15h00min

FORMATAÇÃO: ELETRÔNICA

ENDEREÇO: <https://bnc.org.br/>

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

PREGOEIRO(A): LUÍS CLÁUDIO DE MORAES - MATRÍCULA N.º 1.850

VISTORIA TÉCNICA: NÃO SE APLICA

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 364.800,00 (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL: NÃO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, através da Secretaria Municipal de Saúde - FMS, consoante Solicitação de Compras nº 80/2026, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, conforme abaixo segue:

1.2. A presente licitação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, de acordo com o arrimado pelo art. 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I; art. 29, parágrafo único; todos da Lei n.º 14.133/2021, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantagem e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para as compras de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso X, c/c XIII, ambos da Lei n.º 14.133/2021, e do sistema de registro de preço.

1.5. A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.bnc.org.br, **no dia 08 de abril de 2026, às 15h**, devendo as propostas e os documentos serem enviados **até as 14h** deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.bnc.org.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;



2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.4. Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.

2.4.1. O registro prévio cadastral aos interessados poderá se realizar através do sistema de registro cadastral unificado, seja o disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), SICAF, bem como do próprio Poder Executivo de Resende/RJ, art. 87 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI ou Cooperativa, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.

2.6. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).

2.7. A microempresa e a empresa de pequeno porte e a cooperativa que atender ao item 2.5, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.9. O prazo de que trata o item 2.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.10. A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 2.7 e 2.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.11. Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação e/ou comissão de contratação ou pela equipe de apoio:

2.11.1. Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.11.2. Com falência decretada;

2.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. Suspensa pela Prefeitura de Resende;

2.11.5. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Resende/RJ;

2.11.6. De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

2.11.7. Que possuam em seu quadro societário ou participe dos seus quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21.

3. DOS PRAZOS GERAIS

3.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.

3.3. O serviço objeto desta licitação, **será executado pelo período de 12 (doze) meses** a contar da **ordem de início de execução**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, caput, da Lei N.º 14.133/2021. No caso de o contrato ultrapassar o exercício, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

3.4. A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.

3.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



3.6. O objeto do presente pregão deverá ser executado nos locais indicados no item 2 do Apêndice do Anexo I – Termo de Referência, nos prazos indicados no item 4 do mesmo Anexo.

3.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei n.º 14.133/2021.

3.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, não se aplicando tal regra na hipótese do subitem 3.9.1.

3.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.9.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

3.9.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.10. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os **itens 5 e 6** deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

4.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 01 e 02, deste edital.

4.3. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

4.4. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

4.5. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 horas.

4.6. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Para cadastrar-se no Registro de Fornecedores desta Municipalidade, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

5.1.1. Habilitação Jurídica;

5.1.2. Qualificação Técnica-Profissional e Operacional;

5.1.3. Qualificação Econômico-financeira;

5.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

5.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

5.1.6. Declaração de desimpedimento de participar em licitações.

5.2. Habilitação Jurídica:

5.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Janeiro ou estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.3.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CND/INSS– CRF/FGTS);



5.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

5.4. Qualificação Técnica

5.4.1. Certidão de Regularidade do licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) válida;

5.4.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por órgão(s) da Administração Pública ou entidade(s) privada(s) e a(s) correspondente(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico emitido(s) pelo CREA, em nome de seu(s) responsável (is) técnico(s) ou profissional (is) de nível superior pertencente(s) ao quadro da empresa, que comprove(m) que a licitante tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente, serviços que atendam as características de execução semelhantes à parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto dessa licitação. Cujas parcelas de maior relevância técnica são: equipamentos odontológicos e periféricos relacionados à odontologia;

a) A prova de que o profissional indicado pertence ao quadro da empresa poderá ser efetuada mediante apresentação de carteira de trabalho profissional (em caso de funcionário), ato constitutivo ou contrato social em vigor (em caso de composição societária) ou contrato de prestação de serviços (em caso de contratação).

a.1) Nos termos do Acórdão nº 82437/2022 PLENV (Processo nº 234.124-0/2021- TCE-RJ), a licitante poderá apresentar declaração formal ou termo de compromisso do profissional indicado para a composição de sua equipe técnica, devendo OBRIGATORIAMENTE comprovar a existência de vínculo com o profissional quando da emissão da Nota de Empenho.

5.4.3. Atestado de visita técnica, emitido pela **Secretaria Municipal de Saúde**, para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante.

5.4.3.1. A visita técnica deverá ser agendada junto a **Secretaria de Saúde de Resende no setor de Saúde Bucal ou através dos telefones: 3360-4520, de segunda a sexta das 12h00 às 18h00 ou pelo e-mail: cafodontoresende@yahoo.com.br**, até o **segundo dia útil** que anteceder a data fixada no presente edital para a realização do respectivo certame licitatório.

5.4.3.2. A visita técnica deverá ser efetuada pelo profissional habilitado, indicado pela licitante e devidamente inscrito no Conselho Profissional competente.

5.4.3.3. O Atestado de visita técnica, poderá ser substituído pela apresentação de uma **DECLARAÇÃO FORMAL**, assinada pelo responsável técnico da empresa licitante, sob penalidades da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a administração.

5.5. Qualificação Econômico-Financeira

5.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº. do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo serem atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.5.3. A comprovação da boa situação financeira será apurada mediante a obtenção de Índice de Liquidez Geral maior ou igual a (01) um, cuja apuração se dará através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

5.5.3.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.5.3.2. Caso for permitido a participação de Microempreendedor individual, e o mesmo pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação dos balanços patrimoniais.

5.6. Documentação complementar:

5.6.1. Declaração Consolidada (ANEXO IV);

5.6.2. Modelo de Proposta Comercial (ANEXO V);

5.6.3. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital (ANEXO VI);

5.7. Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

5.8. Serão analisados os documentos relativos à habilitação, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

5.9. Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, salvo em sede de diligência, para:

5.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e/ou Equipe de Apoio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.11. Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.12. A não apresentação da(s) declaração (ões) conforme solicitado neste item do edital resultará na inabilitação do licitante.

6. DA PROPOSTA

6.1. O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame licitatório vertente.

6.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo V – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do serviço ofertado, referências e demais dados técnicos, considerando a aplicação dos valores unitários propostos na planilha de preços (anexa ao edital), devendo estar computados todos os custos e despesas diretas e indiretas, englobando a tributação, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

6.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle competentes e por esta Administração, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo **PREÇO TOTAL DO LOTE**. Na contratação, para o cálculo do valor unitário dos materiais, será dividido o valor do lance pela quantidade total de unidade licitada no lote. No caso em que esta divisão resultar em valor unitário com centavos, serão consideradas **SOMENTE** as 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos), **podendo ser alterada durante a disputa a critério do pregoeiro**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2.2. Empresas brasileiras;

7.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de Planilha de Composição de Custos atualizada e dos documentos complementares, se for o caso, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23.6. Encerrada a etapa de lances, a licitante vencedora deverá readequar seus valores unitários junto ao sistema BNC.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado foi decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou no Registro Cadastral do Município de Resende/RJ.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido no SICAF ou no Registro Cadastral do Município de Resende/RJ, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Resende/RJ ou toda a documentação de habilitação exigida no item correspondente deste edital.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.10. A verificação pelo agente de contratação e/ou comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos complementares correlatos aos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, prorrogável por igual período, a pedido do licitante antes de findo o prazo.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Resende/RJ ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. No caso da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação e/ou comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de **10 (dez) minutos** a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá

proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do art. 165, §2º, da Lei N.º 14.133/2021.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 168, caput, da Lei N.º 14.333/2021.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.bnc.org.br.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar de forma eletrônica o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164, caput, da Lei N.º 14.133/2021.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente** por meio do seguinte endereço eletrônico: esclare.impug.resende@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

12.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

12.2. O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob ANEXO II, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

12.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.4. A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

12.5. Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

12.6. A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

12.7. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.8. DO REGISTRO POR APOSTILA

12.8.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

12.8.1.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

12.8.1.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

12.8.1.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

12.8.1.4. Empenho de dotações orçamentárias.

12.9. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

12.9.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.9.1.1. Unilateralmente pela Administração:

12.9.1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

12.9.1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

12.9.1.1.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços. No caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite para acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento).

12.9.1.2. Por acordo entre as partes:

- 12.9.1.2.1.** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- 12.9.1.2.2.** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 12.9.1.2.3.** Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 12.9.1.2.4.** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.9.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

12.9.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.9.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

12.9.5. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.10. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

12.10.1. Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento municipal.

12.11. DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS

12.11.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.

12.11.2. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

12.12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.12.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Edital e seus anexos, bem como as condições firmadas em sua proposta, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da fiel e perfeita execução do objeto contratado.

12.12.2. Executar o objeto em conformidade com as especificações, prazos, condições e locais estabelecidos no Termo de Referência, garantindo a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados.

12.12.3. Quando houver fornecimento de materiais, produtos ou gêneros alimentícios, estes deverão estar devidamente acondicionados e identificados, observando-se as normas de higiene, conservação, validade e transporte adequadas à natureza do objeto.

12.12.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa impedir ou prejudicar a execução do objeto, apresentando justificativa e documentação comprobatória, quando cabível.

12.12.5. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.12.6. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação, omissão, negligência ou imperícia na execução dos serviços.

12.12.7. Submeter-se à fiscalização da Administração, atendendo prontamente às solicitações, orientações e correções determinadas pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização contratual.

12.12.8. Cumprir integralmente as disposições do Anexo I – Termo de Referência e demais documentos que integram o presente Edital.

12.13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.13.1. Receber e acompanhar a execução do objeto contratado, nos prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos.

12.13.2. Verificar, dentro do prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados ou produtos fornecidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação definitiva.

12.13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, qualquer imperfeição, falha ou irregularidade identificada na execução dos serviços ou no fornecimento de produtos, para que sejam tomadas as providências necessárias.

12.13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidores especialmente designados para essa finalidade.

12.13.5. Exigir o cumprimento integral dos compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos da proposta e deste Edital.



12.13.6. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados, sempre que necessários à execução do objeto.

12.13.7. Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos e condições previstos neste Edital e na legislação aplicável.

12.13.8. Cumprir integralmente as disposições constantes do Anexo I – Termo de Referência e seus apêndices.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

13.1.1. Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

13.1.2. A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado.

13.1.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.1.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

14. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O pagamento será conforme quantitativo apresentado pelo fiscal, e após a apresentação da nota fiscal, empenho, por conta da dotação orçamentária consignada na rubrica: **Programática 04.060.10.301.0026.6.661, Natureza de Despesa 3.3.90.39 e Fonte de Recurso 1.600.0000**, devendo a Nota Fiscal/Fatura estar devidamente atestada pelo setor competente.

14.2. Ocorrendo atraso na liberação do pagamento, a adjudicatária receberá compensação financeira referente a juros moratórios calculados à razão de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias contados a partir da data de vencimento da fatura, assim como, oferecerá desconto nas mesmas proporções percentuais, por eventuais antecipações de pagamento.

14.3. Após confirmada a execução do objeto, a Administração contratante terá prazo de até 30 (trinta) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, quando solicitada pela secretaria municipal ordenadora da despesa, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.

14.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

14.5. Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

14.6. A licitante vencedora, desde já, fica cientificada, que serão retidos na fonte o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), de acordo com as tabelas vigentes e que repassará apenas o valor líquido de cada nota fiscal.

14.7. As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no Decreto Municipal nº 15.633 de 18/08/2023.

14.7.1. A retenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observado os percentuais estabelecidos na IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB nº 2.145/2023 e Decreto Municipal nº 15.633/2023.

14.7.2. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, conforme Decreto Municipal nº 15.633/2023.

14.8. No caso de empresa sediada fora do Município de Resende deverá ser efetuado registro junto a Prefeitura Municipal de Resende para efeito de emissão de Nota Fiscal Eletrônica.

15. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei N.º 14.133/2021:

15.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei N.º 14.133/2021.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

16.2. ADVERTÊNCIA

16.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.3. MULTA

16.3.1. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

16.3.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula



cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 16.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

16.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

16.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

16.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

16.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

16.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

16.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

16.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

16.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

16.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

16.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

16.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

17.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

- 17.1.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 17.1.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 17.1.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 17.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 17.1.6.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 17.1.7.** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 17.1.8.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 17.1.9.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

17.2.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.2.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

17.2.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.2.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

17.3.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

17.3.1.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;

17.3.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

17.3.1.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

17.3.1.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

17.3.1.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

17.3.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 17.3.1.2, 17.3.1.3 e 17.3.1.4 observarão as seguintes disposições:

17.3.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

17.3.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

17.4. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.4.1. CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO: Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

17.4.1.1. Devolução da garantia;

17.4.1.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

17.4.1.3. Pagamento do custo da desmobilização.

17.4.2. DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

17.4.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

17.4.2.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

17.4.2.3. Execução da garantia contratual para:

17.4.2.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

17.4.2.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

17.4.2.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

17.4.2.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

17.4.2.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

17.4.3. A aplicação das medidas previstas nos subitens 17.4.2.1 e 17.4.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

17.4.4. Na hipótese do subitem 17.4.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

17.5. Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

17.6. DA NULIDADE CONTRATUAL

17.6.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

17.6.1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

17.6.1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

17.6.1.3. Motivação social e ambiental do contrato;

17.6.1.4. Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

17.6.1.5. Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

17.6.1.6. Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

17.6.1.7. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

17.6.1.8. Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

17.6.1.9. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

17.6.1.10. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

17.6.1.11. Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

17.6.2. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.



17.6.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

17.6.3.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

17.6.3.2. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

17.6.3.3. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

17.7. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

17.7.1. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

18. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

18.1. Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis; restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução através da Controladoria Geral do Município e da Procuradoria-Geral do Município, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei n.º 14.133/2021.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bnc.org.br.

19.11. Não será exigida garantia Contratual.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

19.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Termo de Referência

19.12.1.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

19.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

19.12.3. ANEXO III – Carta de Credenciamento

19.12.4. ANEXO IV – Declaração Consolidada

19.12.5. ANEXO V – Modelo de “proposta comercial”.

19.12.6. ANEXO VI – Modelo de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste os índices econômicos previstos neste edital.

Resende/RJ, 19 de abril de 2026.



Julio Cezar de Carvalho
Superintendente Municipal de Licitações e Contratos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026

1 – OBJETO / JUSTIFICATIVA:

1.1. O presente Pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, através da Secretaria Municipal de Saúde - FMS, consoante Solicitação de Compras nº 80/2026, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar**, conforme especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

LOTE	ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MAX ADMIT.	VALOR TOTAL MAX ADMIT. DO LOTE
01	01	12	Mês	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICAS.	R\$ 30.400,00	R\$ 364.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE: R\$ 364.800,00 (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).						

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BNC e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

1.3. Local e Horário de Execução: **Locais e horários indicados no item 2 do Apêndice do Anexo I – Termo de Referência**

1.4. Prazo de Execução: **Prazos indicados no item 4 do Apêndice do Anexo I – Termo de Referência**





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, de diversas marcas e modelos, discriminados na listagem de bens constante neste Termo de Referência, com substituição de peças, para atender às necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS SUS DO MUNICÍPIO RESENDE. (Segue em anexo, a relação das Unidades de Saúde separadas por endereço e com o quantitativo a serem contempladas.

1.2 O objeto da contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.

1.3 Contrato por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação do serviço acima elencado tem por finalidade atender a necessidade de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos odontológicos da Rede Municipal de Resende nas Unidades:

- **Centro Odontológico Municipal (CEO Centro)**, situado na Rua Drº João Maia, nº 56 – Horário de atendimento: 7h00 às 19h00 de segunda a sexta-feira e das 7h00 às 17h00 aos sábados. Contendo (7) sete consultórios odontológicos.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **Centro de Especialidades Odontológicas da Cidade Alegria (CEO Alegria)** situado na Avenida das Mangueiras, bloco B, s/nº- Horário de atendimento: 7h00 às 18h00 de segunda à sexta-feira. Contendo (7) sete consultórios odontológicos.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação,





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Bagagem**, situado na Praça Aguiar Lamim, 33 – 6º Distrito – Bagagem – Resende – RJ- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Baixada da Olaria**, situado na Rua Henri Antoine Groues – Abbe Pirre, 210 – Baixada da Olaria - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Centro I** - situado na Rua Doutor João Maia - Centro - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Centro II** - situado na Rua Doutor João Maia - Centro - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação,





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Cabral/ Alambari**, situado na Estrada da Vargem Grande, 515 – Cabral- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Cabral II**, situado na Rua 18, s/nº - Cabral - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Capelinha**, situado na Estrada Resende – Mauá, KM 4 – Capelinha- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Cidade Alegria I -(Caixa d'água)**, situado na Rua das Violetas, 555 – Cidade Alegria- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Clínica da Família I**, situado na Rua Carlos Monteiro, 91 – Morada da Montanha- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Clínica da Família II**, situado na Rua Carlos Monteiro, 91 – Morada da Montanha- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Fazenda da Barra I**, situado na Rua Isaac Politi, 141 – Fazenda da Barra I - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **ESF Fazenda da Barra II**, situado na Rua Ana Almeida de Souza, 51- Parque Embaixador- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Fazenda da Barra III**, situado na Rua Sebastião Pedrozo da Silva, 300- Vila Maria Cândida – Fazenda da Barra III- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Parque Minas Gerais**, situado na Avenida São João Del Rei, 365-283 - Fazenda da Barra II - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Engenheiro Passos I**, situado na Avenida das Carmélias, 130- Vila Bela Vista – Engenheiro Passos- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação,





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Fumaça**, situado na Rua Leopoldo Nunes Teixeira, 30 – Fumaça- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Itapuca I**, situado na Rua Euzébio Manoel da Glória, 60- Vila Itapuca- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

- **ESF Itapuca II**, situado na Rua Euzébio Manoel da Glória, 60- Vila Itapuca- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Jardim Primavera I**, situado na Rua dos Pintassilgos, s/n- Jardim Primavera – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

Página 6 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **ESF Jardim Primavera II**, situado na Rua dos Pintassilgos, s/n- Jardim Primavera – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Jacuba**, situado na Fazenda da Jacubas/n- Jacuba – Resende – RJ- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Jardim Alegria / Beira Rio**, situado na Rua Paulo Balbino, 180- Jardim Alegria- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Liberdade I**, situado na Rua Barão do Rio Branco, 145 – Nova Liberdade- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Página 7 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Liberdade II**, situado na Rua Barão do Rio Branco, 145 – Nova Liberdade- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Morada da Barra**, situado na Rua 15, 249 – Morada da Barra- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Morada da Montanha**, situada na R. J - Morada da Montanha, Resende - RJ - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **ESF Morro do Cruzeiro**, situado na Rua Santa Rosa, 30 – Morro do Cruzeiro- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Nova Alegria**, situado na Rua José Antônio Florenzano – Zé Braz, 200 – Nova Alegria - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Novo Surubi**, situado na Rua Ary Guimarães, 175 – Novo Surubi - Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Paraíso I**, situado na Praça Zeferino de Oliveira, 200 - Paraíso- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **ESF Paraíso II**, situado na Praça Zeferino de Oliveira, 200 - Paraíso- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Pedra Selada**, situado na Rua Vicente Joaquim Salles, 61 – Pedra Selada- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Rio Preto**, situado em Rio Preto, s/n – Resende - RJ- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF São Caetano**, situado na Rua Vinicius de Moraes, 23 – São Caetano- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **ESF Serrinha**, situado na Estrada dos Artesãos, 100 – Pedra Sonora - Serrinha- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Surubi Velho**, situado na Rua Rodolfo Annechino, 605 – Alto Surubi- Novo Surubi- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Vicentina**, situado na Rua Prefeito Clodomiro Maia, 1466 - Vicentina- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **ESF Santo Amaro**, situado na Rua Prefeito Clodomiro Maia, 1466 - Vicentina- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Página **11** de **29**





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **ESF Visconde de Mauá**, situado na Rua Wenceslau Brás, 118- Mauá- Horário de atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **UBS Manejo**, situado na Avenida Tenente Coronel Adalberto Mendes, 975- Manejo – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **Policlínica Cidade Alegria**, situado na Rua das Mangueiras Sul, s/n – Cidade Alegria – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 2(dois) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **Hospital Municipal de Emergência Henrique Sergio Gregori**, situado na Avenida Marcílio Dias, 800. Jardim Jalisco – Horário de atendimento: 24 horas de segunda a domingo. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **UPA- Unidade de Pronto Atendimento**, situado na Avenida Adaauto Emiliano Soares, s/nº. Nova Resende – Horário de atendimento: 7h00 às 19h00 de segunda a domingo. Contendo 1(um) consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **E.M Algodão Doce**, situada na Rua Xavantes, 145-Cidade Alegria-Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1 consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **E.M. Noel de Carvalho**, situada na Rua Almirante Barroso, 413- Nova Liberdade – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1 consultório odontológico.
Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

Página **13** de **29**





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- **E.M. Sagrado Coração**, situado na Rua Eduardo Cotrim, 391- Lavapés – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1 consultório odontológico. Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **E.M. Roberto Silveira**, situada na Rua Nossa Senhora de Fátima, s/n- Paraíso – Horário de Funcionamento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo (1) um consultório odontológico. Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **E.M. Dona Mariucha**, situada na Rua Claudino José de Paula, 250- Eucaliptol – Santo Amaro – Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo (1) um consultório odontológico. Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.
- **Sociedade Pestalozzi**, situada na Rua Coronel Rocha Santos, 656 – Jardim Brasília II- Horário de Atendimento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo (1) um consultório odontológico. Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação,

Página 14 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **Cadeia Pública de Resende (Presídio)**, situada na Estrada Bulhões Resende – Bulhões – Horário de Atendimento: 8h00 às 17h00 de segunda à sexta-feira. Contendo (1) um consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo(Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **Centro de Especialidades Clínicas (CEC)**, situada na Avenida Boa Vista, s/nº - Engenheiro Passos – Resende – Horário de funcionamento : 7h00 às 16h00 de segunda à sexta-feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.

- **CIEP 489**, Situada na Rua dos Tupis, 50 - Cidade Alegria, Resende - RJ. Horário de funcionamento: 7h00 às 16h00 de segunda à sexta- feira. Contendo 1(um) consultório odontológico.

Lista de Equipamentos de cada Consultório: Equipamento odontológico completo (Cadeira, Unidade auxiliar, foco, cuspideira e mocho), Canetas de Alta Rotação e baixa rotação, Compressor, autoclave, seladora, Aparelho de RX, fotopolimerizador, aparelho de profilaxia, amalgamador.





2.2 A contratação justifica-se para garantir a continuidade do atendimento odontológico, evitar paralisações em unidades de urgência e emergência, preservar o patrimônio público e assegurar condições adequadas de biossegurança.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO

3.1 Considerando que o serviço é de uso contínuo e necessário para o atendimento da Secretaria Municipal de Saúde / Saúde Bucal, a contratação é a melhor solução encontrada no mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Áreas de aplicação, rede municipal de saúde: Todas as Unidades de Saúde como Centro Odontológico Municipal (CEO Centro), Centro de Especialidades Odontológicas da Cidade Alegria (CEO Alegria), ESFs, UBSs, Escolas, Presídios, Hospital Municipal de Emergência e UPA- Unidade de Pronto Atendimento.

4.2 Os prazos de execução dos serviços deverão obedecer:

- A. Primeira Manutenção Preventiva: Imediatamente após a emissão da **Ordem de Início de Serviço**;
- B. Consequente, confecção do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) em até 10(dez) dias úteis, contados da data indicada para o início dos serviços na **Ordem de Início de Serviço**;
- C. Manutenção Corretiva (Verificação e solução do problema):
 - Atendimento em até 06(Seis) horas para as **Unidades Básicas de Saúde, ESFs, Escolas e Presídio** a partir do recebimento da solicitação, que será formalizado por e-mail e telefone e até 48(Quarenta e oito) horas para resolução do problema.
 - **Hospital Municipal de Emergência, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro Odontológico Municipal (CEO Centro) e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO Cidade Alegria)** em até 02(Duas) horas que iniciará a partir do recebimento da solicitação, que será formalizado por e-mail e telefone e até 24(Vinte e quatro) horas para a solução do problema.

4.3 Os serviços serão definidos sob as características básicas, a saber:





- Serviço de Manutenção Preventiva;
- Serviço de Manutenção Corretiva;
- Elaboração do PMOC: A elaboração de plano de manutenção, operação e controle (PMOC) a Contratada deverá apresentar o Plano de Manutenção a serem realizados conforme estipulado no item 4.2 – letra B.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Entende-se por manutenção preventiva, a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso;

A primeira manutenção preventiva deverá ser realizada a partir da data de assinatura do contrato;

A manutenção preventiva deverá ocorrer com periodicidade de no **mínimo três vezes por semana** em todas as unidades listadas onde estão alocados os equipamentos odontológicos;

Efetuar visitas de manutenção preventiva, realizando por ocasião das mesmas, operações de limpeza, lubrificação, ajuste, inspeção, teste do equipamento e substituição de peças defeituosas, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos;

Após as realizações das Rotinas de Manutenção Preventiva de cada período, a Contratada emitirá CHECKLIST, bem como informações sobre o estado geral dos aparelhos, devendo o relatório ser certificado pelo responsável técnico da contratada, e com assinatura, carimbo e matrícula do funcionário do local atendido.

Todos os equipamentos, utensílios, indispensáveis à execução dos serviços, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em número suficiente, adequado e de comprovada eficiência e qualidade, podendo a CONTRATANTE exigir suas substituições.

PEÇAS MÍNIMAS QUE DEVERÃO ESTAR INCLUÍDAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, DE FORMA EXEMPLIFICADA, PODENDO SER OUTRAS DE PEQUENO VALOR:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Abraçadeira s-11/13 para uso geral nos equipamentos odontológicos;
- Adaptador ad 657 f para uso suctores;
- Acabamento traseiro refletor - para uso no refletor da cadeira odontológica;
- Acoplamento montado para uso no equipamento micro motor;
- Acoplamento czbasic - para uso no equipamento sugador da cadeira odontológica;
- Anel fixação - para uso alta rotação peça de mão;
- Anel de pistão (diam. int.49,0mm) do compressor 7001-7002 - para uso no equipamento compressor odontológico;
- Anel vedação silicone 21 l azul 70a75 - para uso na autoclave;
- Anel vedação silicone vt12 70a75 shore - para uso na autoclave;
- Arruela de teflon 8,5x15x0,5 - para uso na cabeceira da cadeira odontológica;
- Bateria de lítio para uso no equipamento fotopolimerizador;
- Biela pressuri para uso no compressor odontológico;
- Botão do registro - para uso na cuspideira (suctor);
- Bucha engate - para uso na alta rotação, peça de mão;
- Bucha dentada - para uso na alta rotação, peça de mão;
- Cabeça c/tubos - para uso na alta rotação, peça de mão;
- Cabeça montada - para uso contra angulo, peça de mão;
- Cabeçote do refletor - para uso do refletor da cadeira odontológica;
- Cabo VT 12/21 nova forma - para uso nas autoclaves;
- Cabo do cabeçote do refletor - para uso no refletor da cadeira odontológica;
- Camisa do cilindro (alt.46,3mm diam. int.63.7 mm para uso no compressor ar odontológico);
- Capa vibratória- para uso no sonic bordem peça de mão;
- Circuito carregador para uso no equipamento fotopolimerizador;
- Circuito display 12/21 biv - para uso no equipamento autoclaves;
- Circuito potencia vitalenvbiv - para uso no equipamento autoclaves;
- Circuito eletrônico VT - para uso no equipamento autoclaves;

Página 18 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Cilindro comp. headpumpcylinder pn30 (r) - utilizado no compressor de ar odontológico;
- Conector do sugador Venturi - para uso no sugador da cadeira odontológica;
- Conector fel c/capacitor soldado - para uso no equipamento autoclaves;
- Conector reto 1/2 x tb8 # - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Conector reto 1/4 x tb10# - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Conector reto r1/2" x tb8 - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Conector cotovelo bico mang. Macho 5/16x1/4npt cot. vt/vtp - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Cuba inox VT 21 220 - para uso no equipamento autoclave;
- Diafragma - para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Distribuidor soldado 2x3,2 1x1,75 - para uso em diversos equipamentos odontológicos;
- Distribuidor soldado 1x4,8 2x7 - para uso em diversos equipamentos odontológicos;
- Dreno automático - para uso no compressor odontológico;
- Eixo pinça contra ângulo mod 02 - para uso no equipamento contra angulo peça de mão;
- Eixo completo - para uso no equipamento contra angulo peça de mão;
- Elemento filtrante (pn2. 1 hwsc22140a)(r) – para uso no equipamento compressor ar odontológico;
- Engrenagem montada - para uso equipamento odontológico, contra ângulo, peça de mão;
- Fiação resistência VT 12/21 - para uso na autoclave;
- Filtro da resistência do destilador - para uso no equipamento destilador;
- Filtro do sugador - para uso no equipamento sugador da cadeira odontológica;
- Filtro c/ válvula de reg.(hwsc22140a)29(r) – para uso no compressor de ar odontológico;
- Filtro válvula secagem - para uso no equipamento autoclave;
- Fita material isolante seladora pfs 300 - para uso no equipamento seladora;
- Fonte poly 600 - para equipamento odontológico fotopolemirizador;
- Kit fecho vt12/21- para porta autoclave;
- Garrafa 1000 ml com etiqueta - para uso sucores injetor montado - para uso nos sucores;
- Intermediaria c/ tubos - para uso na peça reta de mão;
- Junta do engate - para equipamento alta rotação peça de mão;

Página 19 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Junta do spray - para equipamento alta rotação peça de mão;
- Kit mangueira silicone transparente 3x7mm – para equipamento odontológico autoclave utilizada nos processos de esterilização;
- Kit placa led'svt 12/21 - para equipamento odontológico autoclave utilizada nos processos de esterilização;
- Kit circuito placa led nova vitalebiv – para equipamento odontológico autoclave utilizada nos processos de esterilização;
- Kit de contatos do modelo x70 coluna - para raios-X odontológico;
- Kit manutenção de tampa VT 21 azul - para uso no equipamento autoclave;
- Lâmpada halog. H3 12 v/55 w (r) - para uso refletor da cadeira odontológica;
- Lâmpada halog. 24 v 150 w - para uso refletor da cadeira odontológica;
- Lâmpada 12 v 75 w - para refletor da cadeira odontológica;
- Led - para uso no equipamento odontológico fotopolimerizador;
- Lubrificante uni spray compl. com 200 ml – para uso na lubrificação das canetas de alta e baixa rotação;
- Mangueira pu 2,2x0,7 transparente - para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Mangueira pu 1,20 x 0,7 azul - para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Mangueira de silicone 1,80x0,9 - para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Mangueira p/ turbina - para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Mangueira p/ mesa unik -para uso na mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Mangueira PVC 8x1,5 cinza basic - para uso na cuspideirasuctor;
- Mangueira ptfe tubo 8x6mm - para uso na autoclave;
- Mangueira corrugada 24,5 czbasic - para mesa equipo cadeira odontológica;
- Mola de torção cilíndrica - para uso no micro motor;
- Mola helicilíndrica 0,96x0,12x4,8 (r) - para contra angulo, peça de mão;
- Mola fixadora - para uso equipamento contra angulo peça de mão;
- Moto redutor da base da cadeira odontológica de todas as marcas;
- Oring 3,8 dx 1,1 d2 - para uso no micro motor parafuso esp.m 1,6 (r) - para uso geral nos equipamentos odontológicos;

Página 20 de 29





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Palheta para micro motor - para uso no equipamento micro motor;
- Peça de mão - para uso mesa do equipo da cadeira odontológica;
- Pinhão (odontológico) - para uso contra angulo, peça de mão;
- Pino do selo de segurança - para uso equipamento autoclave odontológica;
- Pino entalhado cilíndrico 0,8x3 (r) - para uso no equipamento odontológico contra ângulo;
- Placa eletrônica comando de pé unik - para uso na cadeira odontológica;
- Placa central komfort (r) - para uso na cadeira odontológica;
- Placa CPU odontológico - para equipamento fotopolimerizador;
- Pressostato (hwsc22140a) (r) - para uso compressor de ar odontológico;
- Proteção da lâmpada montada (c) para uso refletor da cadeira odontológica;
- Proteção ocular para poly 600- para equipamento odontológico fotopolimerizador;
- Ponteira da seringa unik - para uso seringa triplice;
- Ponteira universal- para uso no sonic bordem peça de mão;
- Porcas bordem - para uso terminal da caneta odontológica;
- Rele térmico 8a (125/250 v vac - 32vdc 50/60hz) para compressor ar odontológico;
- Rodízio Sn /l e klinic - para uso no fisio mocho;
- Rolamento esfera - para contra ângulo, peça de mão - unidade par;
- Rolamento esfera aço inox - para caneta alta rotação, peça de mão, unidade par;
- Registro de água montada - para cuspideira, suctor;
- Resistência tub reta VT 12 220 8,2x220mm 600 110- para uso equipamento autoclave;
- Resistência tub reta VT 21 220 11,1x200mm 800 110 - para uso equipamento autoclave;
- Resistência com suporte plástico 220 v 50/60 Hz destilador de água - para só no destilador;
- Rotor p/ reposição - para alta rotação;
- Rotor de reposição - para alta rotação, peça de mão;
- Selo de segurança silicone 70a75 shore – para uso em autoclaves;
- Sensor temp VT 12/21 - para uso em autoclaves;
- Seringa triplice importada - para uso seringa triplice;
- Sonda polimeropoly 600 - para uso no equipamento fotopolimerizador;
- Soquete para refletor montado - para uso no refletor da cadeira odontológica;

Página **21** de **29**





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Suporte de instrumento midwest - para uso mesa equipo da cadeira odontológica;
- Sugador vácuo olsen - para uso cuspideira (suctor);
- Tampa odontologia- para contra ângulo;
- Tampa montada - para uso alta rotação;
- Tampa do spray (r) - para uso alta rotação, peça de mão;
- Teclado de membrana vitale 211- para uso em autoclaves;
- Teclado membrana face lift turquesa - para uso em autoclaves;
- Teclado membrana vtp 12/21 - bicolor - para uso nas autoclaves;
- Tee união tb8 - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Tee união tb10# - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Terminal de união 2,4x3,175 - para uso geral em diversos equipamentos odontológicos;
- Terminal para sugador - para cuspideira suctor;
- Termostato cer. blindado 2450 rch8002 6771475n1429 - para uso em autoclaves;
- Transformador - para cadeira odontológica;
- Transformador unik eco universal - para cadeira odontológica;
- Tubo pu 10,0 x 7,0mm poliurethane natural – para uso mesa do equipo da cadeira;
- Válvula de água - para mesa do equipo, cadeira;
- Válvula de retenção (pn5 hwsc22140a) (r) – para uso compressor odontológico;
- Válvula de comando - para uso mesa do equipo da cadeira;
- Válvula de saída de ar para uso compressor odontológico;
- Válvula esfera f/f g.1/4- para uso geral equipamentos odontológicos;
- Válvula thermoval c/ bobina 220 v 210 70 - para uso equipamentos autoclave;
- Válvula reguladora de pressão com filtro de ar para compressor odontológico;
- Válvula solenoide 24vcc 2x1/4 - para uso cadeira odontológica;
- Ventoinha sentido horário (diam. do eixo 12,7mm) do compressor 9001/9002- para compressor odontológico;
- Abafador externo- para uso no micro motor;
- Coluna a gás fisiomocho klinic, Sn e l - para uso no fisiomocho odontológico;
- Placa eletrônica de comando da cadeira de todas as marcas;

Página 22 de 29





- Placa eletrônica da autoclave de todas as marcas;
- Placa de comando do aparelho de RX de todas as marcas;
- Disparador do Aparelho de RX de todas as marcas;

5.2 MANUTENÇÃO CORRETIVA

Os serviços de manutenção corretiva compreendem a verificação do problema, ajuste, reparos e os consertos a serem realizados nos equipamentos que apresentam defeitos ou quebras, incluindo-se o fornecimento total da mão-de-obra e das peças.

A contratada deverá executar o serviço de troca da peça se necessário for, a fim de deixar o equipamento em perfeito estado de funcionamento.

Executados os serviços, a Contratada fornecerá relatório **(CHECKLIST)** ao funcionário responsável pela Fiscalização do Contrato discriminando as intervenções corretivas executadas em cada local, **no prazo de até 05(cinco) dias úteis no término de cada serviço.**

5.3 GARANTIA DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- Substituição de Compressor – Mínimo de 02 (dois) anos, contados do dia da instalação;
- Substituição das demais peças – mínimo de 90(noventa) dias, contados do dia da instalação;
- Ficará a cargo da empresa CONTRATADA todos os materiais complementares tais como: mangueira para troca, óleo lubrificante, peças de reposição e outros, e mão-de-obra necessários à execução dos serviços compreendidos na manutenção corretiva.
- Correrão por conta da CONTRATANTE os seguintes MATERIAIS DE REPOSIÇÃO: Motor do compressor odontológico de todas as marcas, Ampola do Aparelho de RX de todas as marcas, Motor da Cadeira odontológica de todas as marcas, motor de Bomba à vácuo de todas as marcas e demais peças NÃO abrangidas pelo item 5;
- O MATERIAL DE REPOSIÇÃO a cargo da CONTRATANTE poderá ser adquirido pela CONTRATADA, através de orçamento detalhado com a completa identificação individualizada dos itens necessários aos serviços de manutenção, indicando





obrigatoriamente a marca e modelo dos mesmos, acompanhados de seus correspondentes quantitativos e preços unitários e que tenha sido previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO do contrato e esteja dentro do preço praticado no mercado, com posterior ressarcimento pelo respectivo custo à contratada;

- No caso de aquisição de peças equivocadas ou desnecessárias pela Contratada, a mesma deverá realizar o ressarcimento para a contratante de todo material adquirido equivocadamente;
- A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento de MATERIAL DE REPOSIÇÃO apresentado pela CONTRATADA, cujo valor esteja acima do praticado pelo mercado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo;
- Todos os MATERIAIS DE REPOSIÇÃO a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais e compatíveis com as especificações técnicas;
- As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO;
- Na substituição das referidas peças, não deverá ser cobrado o valor correspondente à mão de obra, uma vez que o mesmo, já está incluído no valor proposto para manutenção preventiva e corretiva.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada;

6.2 Os servidores para o acompanhamento e fiscalização do contrato será Patrícia Antunes dos Santos Silva , juntamente com o gestor Flávio Monteiro de Barros de Carvalho;

6.3 A metodologia de avaliação observará os resultados alcançados em relação ao Contratado, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada, adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida e cumprimento de demais obrigações decorrentes do Contrato;

6.4 Os indicadores de desempenho do Acordo de Nível de Serviço poderão a qualquer momento e em comum acordo entre as partes ser alterado, devendo ser formalizado;





6.5 Para as três primeiras ocorrências de atrasos será enviado uma notificação, como forma de adaptação a execução dos Níveis de Serviços, a partir da quarta ocorrência será aplicado multa de acordo com artigo 87, Lei 8.666/93;

6.6 A aceitação do objeto ficará condicionada ao atendimento das exigências contidas no edital e seus anexos quanto à execução dos serviços, no cumprimento das obrigações;

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

7.1 A empresa prestadora do serviço será selecionada por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

7.2 O serviço prestado : serviço de manutenção preventiva e serviço de manutenção corretiva.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado conforme planilha de valor : Valor estimado - SUS

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 O atendimento da necessidade anteriormente descrita está previsto no PCA- Plano de Contratação Anual, publicado no site da Prefeitura Municipal de Resende , no órgão Controladoria Geral do Município.

10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, anexos e propostas, assumindo, exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto.

10.2 A Contratada **NÃO** poderá transferir a terceiros o objeto da aquisição, não será admitida a subcontratação.

10.3 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à Superintendência de Saúde Bucal, decorrentes de sua





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

10.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

10.5 Refazer, no total ou em parte, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do conserto.

10.6 Comunicar por escrito ao fiscal da contratante, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

10.7 Observar as normas legais e de segurança que está sujeita a atividade de prestação do serviço contratado.

10.8 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando na prestação do serviço.

10.9 Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

10.10 Na hipótese do inadimplemento do sub item anterior, a Contratada será notificada, no por esta Superintendência de Saúde Bucal, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação, além das penalidades previstas no edital, no termo de referência e da lei.

10.11 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

10.12 Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

10.13 Certidão de Regularidade do licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) válida;

10.14 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por órgão(s) da Administração Pública ou entidade(s) privada(s) e a(s) correspondente(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico emitido(s) pelo CREA, em nome de seu(s) responsável (is) técnico(s) ou profissional (is) de nível superior pertencente(s) ao quadro da empresa, que comprove(m) que a licitante tenha executado, ou esteja





executando, satisfatoriamente, serviços que atendam as características de execução semelhantes à parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto dessa licitação. Cujas parcelas de maior relevância técnica são: equipamentos odontológicos e periféricos relacionados à odontologia;

10.15 Enviar mensalmente a nota fiscal de Serviço à Secretaria Municipal de Saúde/ Saúde Bucal;

10.16 A nota fiscal deverá vir acompanhada de CHECKLIST das Manutenções Preventiva, Ordens de Serviço das Manutenções Corretivas e devidamente atestada pelo fiscal do contrato, ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CONTRATANTE.

11. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 11.1 Acompanhar, fiscalizar e variar o cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 11.2 Prestar informações esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.
- 11.3 Determinar, por escrito, a regularização das faltas e defeitos observados; bem como documentar as ocorrências e aplicar as penalidades previstas no edital, observada a forma legal pertinente.
- 11.4 Sustar qualquer fornecimento que esteja em desacordo com o especificado.
- 11.5 Exercer a mais ampla, irrestrita, permanente e completa fiscalização, diretamente ou por outros prepostos designados, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos especificados.
- 11.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 11.7 Cumprir com as demais obrigações constantes no edital e no Termo de Referência.

12. VISITA TÉCNICA

- 12.1 O agendamento poderá ser feito na Secretaria de Saúde de Resende no setor de Saúde Bucal ou através dos telefones: 3360-4520, de segunda a sexta das 12h00 às 18h00 ou pelo email : cafodontoresende@yahoo.com.br.





12.2 A visita técnica representará a oportunidade para as licitantes interessadas conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

13. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

14.2 Será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3 Ocorrendo atraso na liberação do pagamento, a adjudicatária receberá compensação financeira referente a juros moratórios calculados à razão de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias, contados a partir da data de vencimento da fatura, assim como, oferecerá desconto nas mesmas proporções percentuais, por eventuais antecipações de pagamento.

14.4 A licitante vencedora, desde já, fica cientificada, que será retido na fonte o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), de acordo com as tabelas vigentes e que repassará apenas o valor líquido de cada nota fiscal.

14.5 As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no Decreto Municipal nº 15.633 de 18/08/2023.

14.6 A retenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observado os percentuais estabelecidos na IN RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN RFB 2.145/2023 e Decreto Municipal nº 15.633/2023

14.7 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, conforme Decreto Municipal nº 15.633/2023.

14.8 No caso de empresa sediada fora do Município de Resende deverá ser efetuado registro junto a Prefeitura Municipal de Resende para efeito de emissão de nota Fiscal eletrônica.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Documento assinado digitalmente
gov.br FLAVIO MONTEIRO DE BARROS DE CARVALHO
Data: 04/03/2026 14:16:05-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

Servidor Solicitante

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Ricardo Gomes Graciosa Filho
Secretário Municipal de Saúde

Página 29 de 29

61
Rua Augusto Xavier de Lima, nº 251,
Jardim Jalisco, Resende-RJ, CEP 27.510-090.
Tel.: (24) 3354-4625
PROCESSO Nº RSD-020116/002350/2026



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESENDE - SUS
Valor Total Estimado - SUS

Página: 1/1
Nº Cotação: 72/2026
Data Cotação: 04/03/2026

Processo:020116/002350/2026
Tipo de Preço: MENOR PREÇO

Lote/Item	Cód(Esp - Mat)	Especificação	Qtd. Total	Menor Preço(Und.)	Total Estimado
1	1 - 171703929	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICAS.	12	30.400,00	364.800,00

Menor Preço Total

364.800,00

Solicitações:	
80 / 2026	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RESENDE - SUS - SUS

Fernanda Faria Costa

Assinatura do Responsável
Fernanda Faria Costa
Matrícula: 25.485
SMS/RESENDE-RJ



PREFEITURA
RESENDE

Prefeitura Municipal de Resende
Secretaria Municipal de Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva sob demanda para atender a Rede Municipal de Saúde.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

2.1 O atendimento da necessidade anteriormente descrita está previsto no PCA – Plano de Contratação Anual, publicado no site da Prefeitura Municipal de Resende, no Órgão Controladoria Geral do Município.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Contrato por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

3.2 A futura contratada deverá :

- Possuir registro ativo no CREA;
- Apresentar responsável técnico habilitado;
- Fornecer ART dos serviços (Anotação de responsabilidade técnica)
- Executar manutenção preventiva mínima de 3 vezes por semana;
- A execução do objeto será realizado da seguinte maneira:

Atender chamados corretivos nos prazos :

- 2 horas (UPA, Hospital e CEOs);
- 6 horas(Demais unidades)

- Garantir peças substituídas:

- Compressor : 2 anos;
- Demais peças : 90 dias.

3.3 O serviço deverá iniciar-se a partir da data da ordem de serviço;

3.4 O serviço deverá ser executado em todas as Unidades que ofertam atendimentos odontológicos.

3.5 A Contratada não poderá transferir a terceiros o objeto licitado, não será admitida a subcontratação.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 Quantidade estimada conforme demanda/ dos últimos 12 meses.

Lote 1	Qtd	Unid.	Descrição
01	12	mês	Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva sob demanda.

Centro Administrativo Jefferson Geraldo Bruno
Rua Augusto Xavier de Lima nº 251 – Jardim Jalisco – Resende / RJ – CEP: 27510-090



5. LEVANTAMENTO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES DE MERCADO

5.1 Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde não possui mão de obra suficiente para execução do serviço, a contratação de empresa é a melhor solução encontrada no mercado.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Alternativa 1: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva sob demanda.

Razão Social: EMR Engenharia LTDA				
CNPJ: 50.128.082/0001-22				
Lote 1	Descrição	Qtd	Valor Unit (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva sob demanda.	12	R\$ 38.000,00	R\$456.000,00
Total Geral				R\$ 456.000,00

6.1 O processo seguirá para o Setor de Compras/SMS, para formação dos valores, atendendo a pluralidade de fontes das amostras que integrarão a “cesta de preços”, nos termos da Súmula TCE RJ nº 02 e dos parâmetros consignados na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde não possui equipamentos, nem mão de obra, especializada para execução do serviço, a contratação de empresa é a melhor solução encontrada no mercado.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 A contratação deverá utilizar como parâmetro o **menor valor por lote**;

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva sob demanda em todas as Unidades que ofertam atendimentos odontológicos.

Centro Administrativo Jefferson Geraldo Bruno
Rua Augusto Xavier de Lima nº 251 – Jardim Jalisco – Resende / RJ – CEP: 27510-090

10. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO ANTES DO CONTRATO

10.1 “Não se aplica”.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1 “Não se aplica”.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS

12.1 O fornecimento dos bens/execução dos serviços pela empresa adjudicatária deverá ser realizado em conformidade com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Relatório de Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras, elaborado pela Agência do Meio Ambiente de Resende – AMAR, disponibilizado no sítio eletrônico: Relação de Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras - Item 12 do ETP.pdf (resende.rj.gov.br).

13. CONCLUSÃO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 A solução definida atende a necessidade de forma satisfatória, em seus aspectos técnico, operacional e financeiro, portanto, trata-se de uma contratação viável.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

14.1 Probabilidade e impactos baixo.

	Documento assinado digitalmente	<i>alho</i>
	FLAVIO MONTEIRO DE BARROS DE CARVALHO Data: 04/03/2026 14:16:05-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	<i>e Bucal</i>

Centro Administrativo Jefferson Geraldo Bruno
Rua Augusto Xavier de Lima nº 251 – Jardim Jalisco – Resende / RJ – CEP: 27510-090

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇOS EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 84/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

O Município de Resende – RJ, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Augusto Xavier de Lima, nº: 251, bairro Jardim Jalisco, Resende, RJ, CNPJ nº: 11.800.731/0001-38, através da Secretaria Municipal de Saúde - FMS, representada pelo **Sr. Ricardo Gomes Graciosa Filho**, nacionalidade....., estado civil....., Secretário Municipal de Saúde, portador da carteira de identidade no: e do CPF....., residente e domiciliado....., denominado simplesmente Contratante de um lado, e do outro, a empresa....., inscrita no CNPJ n.º....., com sede na Rua n.º..... Bairro....., na pessoa de seu representante legal Senhor....., brasileiro, CPF n.º..... na qualidade de Contratada, celebram este contrato, conforme Processo Administrativo n.º **RSD-020116/002350/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 84/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, através da Secretaria Municipal de Saúde - FMS, consoante Solicitação de Compras nº 80/2026, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, constante no ANEXO I, e demais documentos anexos ao processo licitatório em epígrafe, fazendo parte integrante e inseparável deste contrato, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Qtd	Unid	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
01	01	12	Mês	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICAS.	R\$	R\$
Valor Global (.....)					R\$	

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.1.3. A Proposta do contratado;

1.1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses** contados da emissão da Ordem de Início de Execução, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O objeto deverá ser executado nos locais indicados no item 2 do Apêndice do Anexo I – Termo de Referência, nos prazos indicados no item 4 do mesmo Anexo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO.

3.1. O valor total da contratação é de R\$ __.____,__(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1. É VEDADA a subcontratação do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.2. Com base no § 1º, do Art. 31 da Lei nº 8.212/91, fica ressalvado o direito regressivo do CONTRATANTE contra o executor do serviço e, ainda, admitida a retenção das obrigações previdenciárias decorrentes do presente contrato.

5.3. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, devendo constar, obrigatoriamente, número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.

5.4. Atendendo ao que determina legislação municipal, a **Secretaria Municipal de Saúde** só poderá efetuar a liberação do pagamento se a CONTRATADA estiver rigorosamente em dia com os tributos Municipais.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.5.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.6.** O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

- 7.1.** Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária a seguir: **Programática 04.060.10.301.0026.6.661, Natureza de Despesa 3.3.90.39e Fonte de Recurso 1.600.0000.**
- 7.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 8.2.** Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 8.3.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 8.4.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento de Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.6.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que



antecedendo a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;

8.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.8. Sempre que necessário ou solicitado pela Contratante, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal, Estadual e/ou Municipal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo adicionais para o CONTRATANTE.

8.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto contratado, em subempreitada.

8.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.13. Aceitar os acréscimos ou supressões que a Contratante solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Realizar o cumprimento integral de sua responsabilidade com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do contrato.

8.15. A inadimplência da Contratada, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

8.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos legalmente prevista para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como demais reservas de cargos devidas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 8.20.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato:
- 8.21.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.22.** Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.24.** A Contratada deverá cumprir todas as disposições constantes no Anexo I – Termo de Referência e seus apêndices.

9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 9.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 9.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado para que seja substituído.
- 9.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designado.
- 9.5.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.
- 9.7.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 9.8.** A Contratante deverá cumprir todas as disposições constantes no Anexo I – Termo de Referência e seus apêndices.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1.** Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o gerenciamento e a fiscalização caberão, respectivamente, aos servidores da



Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Resende-RJ, que serão nomeados através de Resolução e publicada em Boletim Oficial, no qual determinarão o que for necessário para regularização de faltas e/ou defeitos. Na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

11.2. Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a)._____ para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.

11.3. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

11.4. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

12.2. ADVERTÊNCIA

12.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. MULTA

12.3.1. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.3.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

12.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

12.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

12.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

12.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

12.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

12.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

12.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

12.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

12.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

13.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

13.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

13.1.2. Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

13.1.3. Fiscalizar sua execução;

13.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

13.1.5. Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

13.1.5.1. Risco à prestação de serviços essenciais;

13.1.5.2. Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

13.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

14.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

14.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Resende/RJ, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Resende/RJ, de de 2026.

CONTRATANTE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ - RG nº _____

_____ - RG nº _____



ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____,
portador (a) da Cédula de Identidade, podendo praticar todos os atos inerentes ao
referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

(Local e data).

Nome completo e assinatura do (s) representante (s) legal (is) da empresa



DECLARAÇÃO CONSOLIDADA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026

Nome completo do representante legal: RG nº: CPF nº:,
licitante(nome empresarial),CNPJ:..... interessado em participar deste
Pregão Eletrônico nº 84/2026, sob as penas da lei firmo o seguinte:

**1 – DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO E QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO FUNCIONAL SERVIDOR
PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE**

DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento
convocatório e legislação vigente e que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2 deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º - C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º - D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- e) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de Resende/RJ.
- f) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro funcional servidor público da Prefeitura Municipal de Resende/RJ.
- g) Atesto, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos em nosso quadro societário e nem participam dos nossos quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2 – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;



b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;



V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

3 – DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

DECLARO o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021

4 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARO que não se encontra em processo de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5 – DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

DECLARO, **sob pena de desclassificação**, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes.

(Local e data).

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026 – PROCESSO Nº RSD-020116/002350/2026

À Prefeitura Municipal de Resende
Superintendência Municipal de Licitações e Contratos

Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos.

Razão Social: _____
Nome Fantasia: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____
Responsável legal: _____

Dados Bancários:
Banco: _____ Agência: _____ Conta-Corrente: _____

Declaramos conhecer a legislação de referência desta licitação e que os produtos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, o que conhecemos e aceitamos em todos os termos, inclusive quando ao pagamento e outros.

Nos preços indicados abaixo estão inclusos, além dos produtos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes. Declaramos cumprir todas as normas legais e regulamentares relativas à documentação, obtendo todas as autorizações que se fizerem necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO COM ESPECIFICAÇÕES	QTD.	UN.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS	
ITENS	VALOR
CUSTO DE MÃO DE OBRA	
CUSTO DE MATERIAL	
CUSTO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO	
VALORES DE IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS ENCARGOS	
LUCRO PREVISTO	

(Local e data).

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

OBS: A licitante vencedora deverá apresentar PLANILHA DE CUSTOS juntamente com sua proposta vencedora, sob pena de desclassificação. (item 7.23.4. do edital)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE ATESTE O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026

Nome completo: _____ RG nº: _____
CPF nº: _____ CRC nº _____ DECLARO, sob as penas da Lei,
que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em
participar deste Pregão Eletrônico, atende os índices econômicos previstos neste edital.

(Local e data).

(Nome/assinatura profissional da área contábil)
CRC Nº _____

OBS: Esta declaração poderá ser substituída pelos índices econômicos do balanço patrimonial devidamente assinados pelo Contador.

